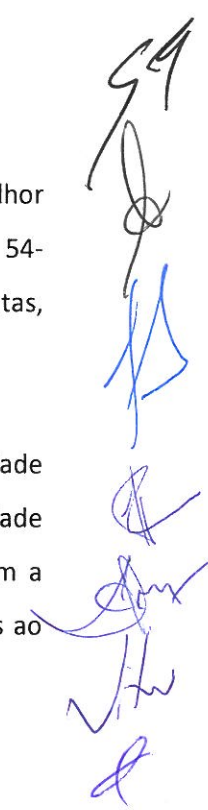


## 7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Nota Introdutória

Nos anexos às demonstrações financeiras consta informação que contribui para uma melhor compreensão dos mapas de prestação de contas definidos no ponto 2, do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, bem como na Resolução nº 4/2001, 2ª Secção, do Tribunal de Contas, alterada pela Resolução nº 6/2013, 2ª Secção, do Tribunal de Contas.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2013 foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, previstos no Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais – POCAL. Deste modo, as notas a seguir apresentadas respeitam a numeração definida no ponto 8 do POCAL, não sendo considerados os pontos não aplicáveis ao presente exercício.



## 8.1- Caracterização da Entidade

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		8.1
1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: Câmara Municipal de Ovar		8.1.1
1.1	ENDEREÇO POSTAL: Praça da República, 3880-141 Ovar	
	Telefone / Fax: 256581300 / 256586611	
	Nº de Identificação fiscal: 501 306 269	
1.2	NÚMERO DE ELEITORES	
Município	Até 10 000	
	Mais de 10 000 e menos de 40 000	
	Igual ou superior a 40 000	X
Fonte:	Direção Geral Administração Interna	
2- LEGISLAÇÃO		8.1.2
Data de constituição: Foral Velho com data de 1251		
Há dados que indicam a existência do concelho de Ovar nas inquirições de D. Afonso III, de 1251		
3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL		8.1.3
3.1 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS		
A Câmara Municipal tem Serviços Municipalizados?		NÃO
Especifique quais e indique os respectivos grupos:		
3.2 EMPRESAS MUNICIPAIS		
A Câmara Municipal tem Empresas Municipais?		NÃO
Especifique quais e indique os respectivos grupos:		
3.3 ÓRGÃOS		
Tem órgãos de natureza consultiva?		SIM
Tem órgãos de fiscalização?		SIM
3.4 ORGANIGRAMA		
Em anexo		
4- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES		8.1.4
Desenvolvimento de todas as atribuições consignadas na lei		
5- RECURSOS HUMANOS		8.1.5
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
<u>De 01/01/2013 a 11/10/2013:</u>		
Presidente	Manuel Alves de Oliveira	
Vereadores	Vitor Manuel Gouveia Ferreira José Américo Sá Pinto Márcia Celeste Valinho Dias Gonçalves Salvador Malheiro Ferreira da Silva António Manuel Silva Costa Ana Isabel Tavares Cunha	
<u>De 12/10/2013 a 31/12/2013:</u>		
Presidente	Salvador Malheiro Ferreira da Silva	
Vereadores	Domingos Manuel Marques Silva Alexandre Valente Rosas Caetano Ana Isabel Tavares Cunha Vitor Manuel Gouveia Ferreira Anibal Manuel dos Santos Moreira Maria João da Rosa Lima Duarte	

5.2 NÚMERO DE VEREADORES				
Em regime de permanência	3			
A meio tempo	0			
Restantes vereadores	3			
6- ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA <span style="float: right;">8.1.6</span>				
1- Descrição das Características do Sistema Informático	Aplicação Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA)- AIRC			
2- Demonstrações Financeiras Intervalares	SIM			
2.1 - Periodicidade	SEMESTRAL			
3- Descentralização Contabilística	NÃO			
4- Outras informações				
7- OUTRA INFORMAÇÃO <span style="float: right;">8.1.7</span>				
7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS				
Designação	Data de Aprovação		Data de Alteração	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Inventário	06/07/2000	29/09/2000		
Norma de Controlo Interno	06/07/2000	29/09/2000	17/10/2002	06/03/2003
			05/01/2012	20/01/2012
Balanço Inicial	06/03/2003	23/05/2003		
Normas Regulamentares à execução do orçamento				
Outros				
7.2 ACÇÕES INSPECTIVAS				
Identificação da última inspeção, averiguação ou inquérito, realizado ao município:				
Entidade	Data Ação	Período Abrangido	Nº Proc.	
Inspec Geral Admin.Território	06/12/2011	Anos 2008,2009 e 2010	11500/IO2011	
7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO				
Documentos	Data de Aprovação		Observações	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo		
Grandes Opções do Plano	06/12/2012	21/12/2012		
Orçamento	06/12/2012	21/12/2012		
Documentos de Prestação de Contas				
Outros				
8- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES				
a) Montantes dos Fundos:				
Descrição	Correntes	Capital	Total	
Fundo Equilíbrio Financeiro	3.307.958,00	2.205.306,00	5.513.264,00	
Fundo Social Municipal	960.532,00		960.532,00	
Participação Fixa no IRS	1.595.987,00		1.595.987,00	
		Total	8.069.783,00	
b) Montante dos pagamentos relativos a investimentos efetuados em 2012: 15.313.326,60 euros				
c) O Município de Ovar não participou amortizações e encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos pelas Associações de Municípios nas quais esta autarquia participa				



## 8.2 - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

### 8.2.1 - Disposições do POCAL que, em casos excepcionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogados e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração de resultados

Conforme se referiu na análise do imobilizado, encontra-se em curso uma prestação de serviços de “ Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística/ Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e de Domínio Público”, no sentido de eliminar a reserva relativa ao imobilizado, constante na certificação legal de contas, de forma a que o Balanço do Município traduza a existência e plenitude dos bens corpóreos e de domínio público que são propriedade da autarquia ou que se encontram na esfera da sua administração e controlo. Estima-se que este processo esteja concluído no 1º semestre de 2014.

### 8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados

Os procedimentos de identificação, classificação e valorização dos bens municipais resultaram da aplicação dos critérios definidos, quer no ponto 4 do POCAL, quer no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), quer dos critérios resultantes da aplicação do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, aprovado em reunião de Câmara de 6 de julho de 2000, e em Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2000.

Desta forma, os critérios valorimétricos utilizados foram:

- **Imobilizado**

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais, foi valorizado ao custo de aquisição.

Em relação ao imobilizado adquirido em data anterior a 1/1/2002, ou seja, anterior à implementação do novo sistema contabilístico, cujo valor de aquisição se desconhecia, a sua valoração foi efetuada, sempre que possível, com base no preço de mercado, sustentado em avaliações técnicas, sendo este critério aplicado de igual modo aos bens adquiridos a título gratuito.

Os investimentos financeiros foram avaliados ao preço de aquisição.

No cálculo das amortizações aplicaram-se as taxas estabelecidas no CIBE.



- Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, sendo as saídas de armazém (consumos) calculadas ao custo médio, sendo utilizado o sistema de inventário permanente, em consequência da implementação da contabilidade de custos a partir do ano de 2010.

- Dívidas de e a terceiros



São expressas pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.

O valor das dívidas de médio e longo prazo a instituições bancárias, não inclui o valor das amortizações a realizar em 2013, que estão consideradas no balanço como dívidas de curto prazo.

- Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

#### **8.2.6- Comentários à conta 432 - Despesas de Investigação e Desenvolvimento**

O valor registado na conta 432- Despesas de Investigação e Desenvolvimento refere-se a encargos suportados pelo Município, relativamente à aquisição de estudos dos Planos Municipais de Ordenamento do Território.

#### **8.2.7- Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões**

Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação /Ajustam.	Aumentos	Transferências	Abates	Doações	(euros)
							Saldo Final
<b>De bens de domínio público</b>							
Terrenos e recursos naturais	451	3.993.563	127.839	16.194			4.137.596
Edifícios	452	5.011	3.448				8.459
Outras construções e infra-estruturas	453	59.739.313	146.279	3.770.324			63.655.590
Bens do património histórico, artístico e cultural	455	310.067		553.194			863.261
Outros bens de domínio público	459	111.972		28.071			140.043
Imobilizações em curso	445	3.807.612	3.688.997	-3.979.782			3.516.828
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	446						
	<b>67.967.598</b>		<b>3.956.563</b>	<b>388.001</b>			<b>72.321.776</b>
<b>De Imobilizações incorpóreas</b>							
Despesas de instalação	431						
Despesas de investigação e desenvolvimento	432	329.092					329.092
Propriedade industrial e outros direitos	433	175.653					175.653
Imobilizações em curso	443	557.772					557.772
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	449	2.616					2.616
	<b>1.065.132</b>						<b>1.065.132</b>
<b>De Imobilizações Corpóreas</b>							
Terrenos e recursos naturais	421	5.066.158				23.806	5.089.964
Edifícios e outras construções	422	36.498.119	54.402	10.759.252		71.417	47.383.189
Equipamento básico	423	2.777.346	87.337	72.234	293		2.936.623
Equipamento de transporte	424	1.370.523	16.876		237.628		1.149.771
Ferramentas e utensílios	425	761.040	1.945				762.985
Equipamento administrativo	426	3.125.221	166.410		4.562		3.287.068
Taras e vasilhame	427						
Outras imobilizações corpóreas	429	2.485.756	10.772				2.496.528
Imobilizações em curso	442	11.614.041	4.092.783	-11.219.487			4.487.337
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	448						
	<b>63.693.204</b>		<b>4.430.524</b>	<b>-388.001</b>	<b>242.483</b>	<b>95.222</b>	<b>67.593.466</b>
<b>De Investimentos Financeiros</b>							
Partes de capital	411	2.274.350					2.274.350
Obrigações e títulos de participação	412						
<b>Investimentos em imóveis</b>							
Terrenos e recursos naturais	4141						
Edifícios e outras construções	4142						
<b>Outras aplicações financeiras</b>							
Depósitos em instituições financeiras	4151						
Títulos de dívida pública	4152						
Outros títulos	4153	86					86
Imobilizações em curso	441						
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	447						
	<b>2.274.436</b>						<b>2.274.436</b>
<b>TOTAL</b>	<b>135.005.311</b>		<b>8.397.087</b>		<b>242.483</b>	<b>95.222</b>	<b>143.254.811</b>

Amortizações e Provisões

(euros)

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>Bens de domínio público</b>	485			
Terrenos e recursos naturais	4851			
Edifícios	4852	403	34	437
Outras construções e infra-estruturas	4853	21.970.083	3.131.453	25.101.536
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	21.253	16.405	37.657
Outros bens de domínio público	4859	4.691	2.982	7.672
	<b>21.996.430</b>	<b>3.150.873</b>		<b>25.147.302</b>
<b>Imobilizações incorpóreas</b>	483			
Despesas de instalação	4831			
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	329.092		329.092
Propriedade industrial e outros direitos	4833	175.653		175.653
	<b>504.744</b>			<b>504.744</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>	482			
Terrenos e recursos naturais	4821			
Edifícios e outras construções	4822	4.650.232	629.470	5.279.702
Edifícios	48221			
Outras construções	48222			
Equipamento básico	4823	2.191.266	196.052	-293
Equipamento de transporte	4824	1.170.552	50.964	-231.788
Ferramentas e utensílios	4825	758.246	2.167	
Equipamento administrativo	4826	2.775.027	222.089	-4.419
Taras e vasilhame	4827			
Outras imobilizações corpóreas	4829	188.778	5.018	193.797
	<b>11.734.101</b>	<b>1.105.760</b>	<b>-236.500</b>	<b>12.603.362</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>34.235.275</b>	<b>4.256.633</b>	<b>-236.500</b>	<b>38.255.409</b>

8.2.8 - Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos deverá ser desagregada de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

- Descrição do ativo imobilizado;
- Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso;
- Datas de aquisição e reavaliação;
- Valores de aquisição, ou outro valor contabilístico na sua falta, e valores de reavaliação;
- Taxas de amortização;
- Amortizações do exercício acumuladas;
- Alienações, transferências e abates de elementos do ativo imobilizado, no exercício, devidamente justificados;
- Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

Dado o volume de informação a que se refere esta nota, toda esta informação será apresentada em anexo a este documento.



#### **8.2.12 – Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contratos de concessão**

Na sequência do contrato de parceria pública assinado entre o Estado Português, os Municípios da região e o Município de Ovar, com vista à gestão e exploração dos serviços de água e saneamento de forma pela empresa ADRA – Águas da Região de Aveiro, S.A, foi transferido, no ano de 2011, para esta entidade imobilizado no valor líquido de 7.118.980 euros.

De igual modo, na sequência da assinatura pelo Município de Ovar do auto de entrega de infraestruturas de abastecimento de água da rede em alta, à empresa Águas do Douro e Paiva, foi transferido, também no ano de 2011, para esta entidade imobilizado no valor líquido de 540.499 euros.

#### **8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar**

Os bens que se encontram sem valorização referem-se a bens móveis cuja aquisição foi efetuada com data anterior a 1/1/2002, e cujo valor de aquisição se desconhece.

Para o efeito, tal como mencionado anteriormente, está em curso a prestação de serviços de “ Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística/ Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e de Domínio Público”, de forma a verificar a sua existência e utilidade.

#### **8.2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortizações e indicação das respetivas razões**

De acordo com o artigo n.º 36 do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado - CIBE, e no caso concreto do Município de Ovar, não estão sujeitas a amortização os Terrenos.

#### **8.2.16 - Entidades participadas**

Os mapas relativos às entidades participadas do Município de Ovar foram elaborados em conformidade com a Resolução nº 6/2013 – 2ª Secção, do Tribunal de Contas.

PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA EM ENTIDADES SOCIETÁRIAS

(euros)

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
					Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
Denominação	N.I.P.C.									
Águas do Douro e Paiva	503537624	S.A.	36001	20.902.500	190.375	0,911	190.375	190.375	0	
Ersuc-Empresa Resíduos S.U. Coimbra	503004405	S.A.	38212	8.500.000	194.320	2,286	194.320	194.320	0	
Lusitaniagás-Companhia de Gás do Centro	502761024	S.A.	35220	20.500.000	4.850	0,024	4.850	4.850	0	
Simria-Saneamento Integ.Municípios da Ria	503929441	S.A.	37002	16.712.225	642.155	3,842	642.155	642.155	0	
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	509107630	S.A.	36002	15.000.000	1.242.150	8,281	1.242.150	1.242.150	0	
Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Ovar	501293191	C.R.L.	64190	11.564.105	500	0,004	500	500	0	

O novo Regime Jurídico da Atividade Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, veio prever no nº 1, do seu artigo 62º, a dissolução das empresas locais no prazo de seis meses a contar da data de entrada em vigor do diploma, ou seja, até final do mês de fevereiro de 2013, sempre que se verificasse uma das seguintes situações:

- As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 % dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50 % das suas receitas;
- Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
- Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

Em alternativa à dissolução, a mesma lei admite que possa ser efetuada a transformação da empresa, mediante alienação integral da participação detida pela entidade pública participante, nos termos da lei geral (artº 63º), a integração e fusão de empresas locais em serviços municipalizados (artigo 64º) ou a internalização da atividade das empresas locais nos serviços das respetivas entidades públicas participantes (artigo 65º). Por seu lado, o artigo 66º da referida lei prevê a alienação obrigatória das participações locais sempre que as sociedades comerciais participadas incorram em alguma das situações tipificada no nº 1 do artigo 62º, já atrás referidas.

Uma vez que ao efetuar-se a análise da situação financeira à empresa Ovarforma, se apurou que esta entidade incorria nas situações referidas no nº 1, do artigo 62º e no artigo 66º, foi deliberado em reunião de câmara de 21/02/2013 e em assembleia municipal de 28/02/2013, a alienação integral da participação social detida pelo município de ovar na Ovarforma, depois de efetuada a sua avaliação por uma entidade externa, operando-se a transformação da empresa numa sociedade de capitais privados, de natureza comercial. Nos quadros seguintes apresentam-se os elementos relativos a essa alienação:

MAPA DA ALIENAÇÃO DA TOTALIDADE DO CAPITAL DA OVARFORMA - EMPRESA MUNICIPAL DE ENSINO E FORMAÇÃO, E.M.

Capital social detido		Situação financeira da empresa à data da alienação		Saldos pendentes com entidades públicas participantes à data da alienação		Valor contabilístico da participação financeira à data da alienação	Alienação do capital social				Proventos líquidos	Encargos financeiros	Menos valia	Obs.			
À data da alienação		Após Alienação		Passivo	Ativo	Saldos devedores	Saldos credores	Valor	%	Data	Entidade adquirente		15	16	17	18	
Valor	%	Valor	%	Valor	Valor						Denominação	NIPC					
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
157.121,34	90	0	0	427.103,11	655.399,05	0	0	157.121,34	483,50	90	21/06/2013	Sociedade Promotora de Estabelecimentos de Ensino, Lda	502328991	0	0	156.637,84	

APURAMENTO DA MENOS VALIA RELATIVA À ALIENAÇÃO DA TOTALIDADE DO CAPITAL DA OVARFORMA - EMPRESA MUNICIPAL DE ENSINO E FORMAÇÃO, E.M.

Valor de realização	Valor contabilístico da participação financeira à data da alienação	Menos valia
1	2	3 = 1 - 2
483,50	157.121,34	-156.637,84

No quadro seguinte apresentam-se as entidades não societárias nas quais o Município de Ovar detém uma participação.

PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA EM ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS

Denominação Social	N.I.P.C.	Tipo de Entidade	CAE	Capital estatutário	Contribuição			Obs.
					Em N**	Forma de realização		
Denominação	N.I.P.C.				Em N**	Moios monetários	Em espécie	
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	508771935	Comunidade Intermunicipal	94995	N/A*	49.105	49.105	0	
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	501627413	Associação Municípios	91333	N/A*	5.854	5.854	0	
Associação Portuguesa Munic. Centro Histórico	502131047	Associação Municípios	91331	N/A*	549	549	0	
Fundação de Serralves	502266643	Fundação	91020	N/A*	0	0	0	

\*N/A - Não Aplicável  
\*\* Valor da quota

## 8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas nas rubricas das dívidas de terceiros

No balanço, a conta 218 – Clientes de Cobrança Duvidosa, inclui o montante de 530.817 euros, desagregado da seguinte forma:

- 32.371 euros referentes à venda de Produtos Agrícolas e Pecuários;
- 24.128 euros relativos à Ocupação da Via Pública e Publicidade;
- 188.555 euros relacionados com a Venda de Água;
- 66.966 euros referentes à prestação de serviços de Saneamento;
- 218.797 euros relacionados com a cobrança de Resíduos Sólidos Urbanos;

### 8.2.25 - Dívidas incluídas na conta "Estado e Outros Entes Públicos" em situação de mora

Não existe qualquer dívida em situação de mora, quer à Segurança Social, quer à Autoridade Tributária.

### 8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança

As contas de ordem permitem aferir toda a informação extrapatrimonial relevante em termos contabilísticos através da contabilização de factos que não produzem alterações no património da Autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações. No quadro seguinte, apresenta-se a respetiva variação:

CONTAS		SALDO		MOVIMENTO ANUAL		SALDO	
		GERÊNCIA ANTERIOR				GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devidor	Credor	Devidor	Credor	Devidor	Credor
<b>Garantias e Cauções</b>							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	3.822.522		837.155	7.307	4.652.370	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	164.837		2.673	665	166.844	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	3.657.686		834.482	6.642	4.485.525	
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				667.208		667.208
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c				55.206		55.206
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				612.002		612.002
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Acionadas a Outros Credores						
<b>Total de Garantias e Cauções</b>		<b>3.822.522</b>		<b>837.155</b>	<b>674.515</b>	<b>3.985.162</b>	
<b>Recibos para Cobrança</b>							
092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	24.128				24.128	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
<b>Total de Recibos para Cobrança</b>		<b>24.128</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>24.128</b>	
<b>Total</b>		<b>3.846.650</b>	<b>0</b>	<b>837.155</b>	<b>674.515</b>	<b>4.009.290</b>	<b>0</b>

A garantia prestada pelo Município de Ovar, no ano de 2011, no âmbito do processo expropriativo do Parque Urbano de Ovar, conforme preconizado no Código das Expropriações, pelo montante máximo de 930.727,51 euros, foi reduzida em 620.071,91 euros, no ano de 2012 e em 143.710,50 euros, no ano de 2013, ascendendo o seu montante a 166.945,10 euros, em 31 de dezembro de 2013.

### 8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas com explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

(euros)					
Código de contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
291	Provisões para cobranças duvidosas	857.283	42.748	380.691	519.340
292	Provisões para riscos e encargos	150.000	30.000		180.000
<b>TOTAL</b>		<b>1.007.283</b>	<b>72.748</b>	<b>380.691</b>	<b>699.340</b>

O aumento verificado nas Provisões para Cobranças Duvidosas refere-se ao reforço da provisão relativa a clientes de RSU's, nos termos do estabelecido no ponto 2.7.1 das Considerações Técnicas do POCAL. Por seu lado, a redução apresentada nesta conta refere-se à anulação da provisão de cobrança duvidosa na sequência das situações apresentadas no ponto 4.1.1.6 – Proveitos Extraordinários deste relatório, aquando da análise da variação da rubrica Redução de Amortizações e Provisões, bem como à consideração de dívida totalmente provisionada em períodos anteriores, no montante de 7.895 euros, como créditos incobráveis.

No que diz respeito à rubrica de Provisões para Riscos e Encargos, o aumento apresentado tem por base o princípio da prudência, e foi efetuado com o objetivo de provisionar o montante de 180.000 euros, respeitante a processos judiciais atualmente em curso.

#### 8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos em cada uma das contas da classe 5 - Fundo Patrimonial

As variações ocorridas nas contas de Fundos Próprios são apresentadas no quadro seguinte:

Conta	Saldo Inicial	Movimento no exercício		Saldo Final
		(euros)		
		Aumentos	Diminuições	
Património	47.844.363			47.844.363
Ajustamento partes capital em empres	101.160			101.160
Reservas Legais	1.858.456	151.815		2.010.270
Reservas Livres	2.162.411			2.162.411
Subsídios	675.660			675.660
Doações	48.645	95.222		143.867
Reservas decorrentes de transf. ativos	-7.659.479			-7.659.479
Resultados transitados	23.373.396	3.036.291	151.815	26.257.872
Resultado líquido do exercício	3.036.291	4.084.219	3.036.291	4.084.219
<b>TOTAL</b>	<b>71.440.902</b>	<b>7.367.546</b>	<b>3.188.105</b>	<b>75.620.343</b>

#### Notas aos Movimentos:

**Reservas Legais** – Conforme o disposto no ponto 2.7.3.3. do POCAL, o valor apresentado na coluna dos aumentos reflete a aplicação nesta rubrica de 5% do resultado líquido do exercício (RLE) de 2012, tal como aprovado pelos órgãos municipais.

**Doações** - O aumento registado nesta conta diz respeito à doação do edifício onde se encontrava instalada a Ovarforma – Empresa Municipal para o Ensino e Formação, E.M., decorrente do

contrato de cessão de participação, doação e renúncia, documento que suportou a alienação da participação social que o Município de Ovar detinha nessa entidade.

**Resultados Transitados** – O montante contabilizado na coluna dos aumentos diz respeito ao valor do resultado líquido do exercício anterior (está a diminuir na conta RLE). Na coluna das diminuições está refletido a aplicação em reservas legais de 5% do RLE, do ano de 2012.

### 8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

(euros)		
Movimentos	Materiais Diversos	Total
Existências Iniciais	114.199	114.199
Compras	193.912	193.912
Regularização de Existências	0	0
Existências Finais	105.899	105.899
<b>Custos no Exercício</b>	<b>202.211</b>	<b>202.211</b>

### 8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros

Código das contas	Custos e perdas	Exercício		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2013	2012			2013	2012
681	Juros suportados	131.240	199.077	781	Juros obtidos	19.292	25.646
682	Perdas em entidades ou subentidades			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortização de investim. em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	126.457	152.624
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de particip. de capital	383.819	25.532
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alien. de aplicações de tesouraria			786	Desconto de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	8.022	8.051	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	2.384	4.529
	Resultados financeiros	392.690	1.203				
		<b>531.952</b>	<b>208.330</b>			<b>531.952</b>	<b>208.330</b>

### 8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

Código das contas	Custos e perdas	Exercício		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2013	2012			2013	2012
691	Transf. de capital concedidas	317.723	611.259	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	162.621		794	Ganhos em imobilizações		28.451
695	Multas e penalidades	5.992	120	795	Benefícios de penalidades contratuais	64.141	53.579
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões	372.776	
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	647.762	49.261	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	262.080	225.585
698	Outros custos e perdas extraordinários	987	6.612	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	860.577	613.757
699	Indemnizações	29.921	4.116				
	Resultados extraordinários	394.569	250.004				
		<b>1.559.574</b>	<b>921.372</b>			<b>1.559.574</b>	<b>921.372</b>

### 8.2.33 – Compromissos plurianuais

Os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro de 2013 encontram-se devidamente registados em contas adequadas, pelos seguintes montantes globais:

(euros)	
Ano	Montante
2014	493.502
2015	6.500
2016	6.500

### 8.2.34 – Pagamentos e recebimentos em atraso

À data de 31 de Dezembro de 2013, o Município de Ovar não possui pagamentos em atraso e os recebimentos em atraso, reportados à mesma data são os seguintes:

(euros)			
Entidade	Classificação Económica	Descrição	Montante
Clientes c/c	070106	Venda de produtos agrícolas e pecuários	32.371
Utentes c/c	07010801/07020901/07020902	Prestação de serviços de água, saneamento e resíduos sólidos	474.318

### 8.2.35 – Outras informações relevantes - Passivos contingentes

Encontram-se em curso duas ações judiciais, que, sem prejuízo de serem suscetíveis de gerar a assunção de encargos financeiros pelo Município, considerados no âmbito das provisões previstas para processos judiciais em curso, são aptas, ainda, a originar eventuais pretensões indemnizatórias futuras de terceiros lesados, cujo montante não é possível prever, nessa data, caso as decisões venham a ser desfavoráveis ao Município de Ovar. Assim, considera-se que tais eventuais encargos futuros traduzem-se em passivos contingentes, não quantificados, mas que, por razões de prudência e cautela para a gestão municipal, é relevante, desde já, mencionar no presente Relatório de Gestão, a saber:

- Processo nº 770/03 – Recurso contencioso de anulação, em que é autor o Ministério Público, referente à nulidade de licenciamento de edifício destinado a habitação multifamiliar, comércio e serviços, no Rodelo-Boavista, na freguesia de Cortegaça;

- Processo nº 672-A/2002 – Execução de sentença, em que é autor Manuel Pinho Rocha, referente à nulidade de licenciamento de edifício destinado a habitação multifamiliar, comércio e serviços, no Lugar das Luzes, em Ovar.



64

Handwritten signatures in blue ink, including the number 64 at the top.